GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA
AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH

PORTARIA DE OUTORGA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

A Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Estadual n° 10.143 de 16 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, a CBF Indústria de Gusa S/A, CNPJ 36.312.056/0005-52, doravante denominado Outorgada, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Autorização, para captação de água no Rio Piraquê-Açu, região hidrográfica do Litoral Centro-Norte, município de João Neiva, requerido por meio de processo n° 87890151, com as seguintes características:

I - Coordenadas UTM do ponto de captação: 356733 E/ 7814323 N, *Datum WGS-84*;

II - Dados da captação (valores máximos):

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vazão (l/s)	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78	22,78
h/dia	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Nº dias	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31
V (m^3)	61013,95	55109,37	61013,95	59045,76	61013,95	59045,76	61013,95	61013,95	59045,76	61013,95	59045,76	61013,95

III - Finalidade de uso das águas: Abastecimento Industrial.

Parágrafo único - As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados a expensas do Outorgado e deverão ser iniciados no prazo de 01 (um) ano e concluídos no prazo de 03 (três), contados a partir da data de vigência deste documento.

Art. 2º É condicionante desta outorga a ser cumprida em prazo definido:

Apresentar um relatório técnico detalhado em relação a quantidade de água utilizada no processo da seguinte forma: 1- Estimativa da quantidade de água utilizada no processo de produção da gusa (m^3/ton); 2- Estimativa da quantidade de água (vapor) utilizada na produção de energia nas turbinas (m^3/MWH); 3- Estimativa de água (l/s ou m^3/s) utilizada no processo de controle de emissões e usos secundários (umectação de vias, lavagem de minério, lavador de veículos, higiene e etc.).
Prazo: em até 1 (um) ano de vigência da portaria.

Art. 3º Na hipótese de as vazões do curso de água nos períodos de estiagem atingirem volumes insuficientes para garantir, simultaneamente, a captação autorizada e a manutenção de um fluxo residual a jusante da captação igual a 50% Q_{90} 263,08 l/s (946,91 m^3/h) no ponto a que se refere esta Portaria, o Outorgado se obriga a reduzir a captação de modo a garantir o supracitado fluxo residual.

Art. 4º A Autorização, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - Descumprimento das condições estabelecidas nos arts. 1º e 2º;

II - Conflitos com normas posteriores;

III - Incidência no art. 29 da Lei nº 10.179 de 18 de março de 2014;

IV - Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

Art. 5º Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II - Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 6º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente autorização.

Art. 7º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo Outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto à AGERH, até o dia do término de sua vigência.

Parágrafo Único. Após o término da vigência desta portaria, não serão aceitos pedidos de renovação de outorga, devendo, caso permaneça o interesse, ser solicitada nova outorga.

Art. 9º O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito à cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 30 e 31 da 10.179, de 18 de março de 2014.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua disponibilização no sítio eletrônico da AGERH, assim considerada a publicidade na forma da Resolução CERH nº 05/2005, alterada pela Resolução CERH nº 04/2018.

Art. 11. Esta Portaria torna sem efeito a Portaria de Outorga nº 422 de 27 de agosto de 2012, publicada no DIO-ES em 25/10/2012."

JOSÉ ROBERTO JORGE
Diretor Planejamento e Infraestrutura Hídrica.